



Comitê dobra recursos para o combate a enchentes na Baixada Santista

Um total de R\$ 13 milhões será destinado a projetos de macro e microdrenagem em todos os municípios da região

Por Jennifer Pontes, Natã Cajaíba e Wânia Mara Gomes*

23/03/2019 06h17 - Atualizado há um dia



Alagamentos fazem parte da rotina dos moradores de boa parte dos bairros da Baixada Santista — Foto: Jennifer Pontes/Arquivo Pessoal

Os municípios da Baixada Santista receberão, neste ano, cerca de R\$ 40 milhões para aplicação em programas relacionados ao uso, tratamento e correta destinação da água. A maior parcela deste dinheiro, R\$ 13 milhões, será destinada a projetos que ajudarão na drenagem das águas pluviais, problema que assola todos os municípios da região. Os recursos representam praticamente o dobro do montante registrado no ano passado, de R\$ 7 milhões.



O engenheiro Ricardo Kenji, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, explica que esses recursos vêm do pagamento das indústrias, como as do Polo Industrial de Cubatão, e da Sabesp pelo uso e exploração da água. Segundo ele, a distribuição acontece de acordo com os projetos anuais que cada município propõe ao comitê. As propostas precisam corresponder aos critérios do edital da CBH-BS. Se forem aprovados, recebem o valor necessário para execução.

A Bacia Hidrográfica da Baixada Santista engloba os municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Ela compreende uma área de 2.818 km², da qual 98% correspondem à zona urbana, segundo o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos de 2018.

Grande parte dos nove municípios possui propostas para a drenagem das águas pluviais. "São projetos estruturais na área de canalização e drenagem. E também estudos de macrodrenagem que serão desenvolvidos em futuras obras", afirma Kenji. A cidade de Santos, por exemplo, utiliza o sistema de comportas como forma de evitar que as águas das chuvas invadam residências e comércios.

Os pontos onde ocorrem maior número de alagamentos são enumerados pelas prefeituras, e recebem primeiro os investimentos para a contenção dos problemas. Os municípios também buscam apoio dos governos Estadual e Federal para a execução de seus programas, sempre fazendo novas revisões para atender áreas de maior risco. "Há projetos que estão há mais de 20 anos em andamento", diz o engenheiro.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



**FAÇA
PÓS GRADUAÇÃO
NA UNISANTOS**
acesse: unisantos.br/pos



**UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS**

O coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento do CBH-BS, Cleber Ferrão Corrêa, diz que este ano foram enviados pelas prefeituras, e estão sob análise, 27 projetos. A função da Câmara é analisar e emitir um parecer técnico sobre essas propostas, que devem seguir uma série de diretrizes, como cronograma e estrutura, mais a relação documental obrigatória. Além disso, os técnicos da câmara apuram se as propostas correspondem aos planos de bacias da região.

Para os membros do comitê, um dos maiores problemas enfrentados pela população da Baixada Santista é a combinação de fortes chuvas com a ressaca das marés. Isso faz com que haja grande dificuldade na drenagem das águas.

O secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS), Sidney Felix Caetano, conta que o setor dispõe de postos que monitoram e fornecem dados pluviométricos sobre a Baixada Santista, emitindo sinais para a Defesa Civil quando há números fora da normalidade. Eles são utilizados com um sistema de alerta para garantir a segurança da população.

De acordo com Caetano, há vários projetos e obras para a contenção das enchentes já em andamento, financiados por recursos arrecadados com a compensação financeira. A modernização das comportas do sistema de drenagem dos bairros do Embaré e da Aparecida, em Santos, está em execução desde 2016, por exemplo. Há também projetos em análise, como a contratação de macrodrenagem e microdrenagem do bairro Chácaras, em Bertioga.

A vice-presidente do CBH-BS, Adriana Florentino de Souza, explica que o comitê faz a gestão dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos que beneficiam a região. "O comitê proporciona apoio à gestão pública nas execuções de diversas obras, além de trazer benefícios diretos à sociedade". É por meio de investimentos em projetos e serviços capazes de fornecer dados sobre a qualidade e demanda da água que são encontradas soluções para melhor aproveitamento dos recursos hídricos.



A casa onde Viviane Ribeiro mora, no Santa Maria, em Santos, é invadida pela água durante as chuvas — Foto: Viviane Ribeiro/Arquivo pessoal)

Adriana Florentino também é diretora do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Ipec), da Universidade Católica de Santos, que desde o ano passado ocupa uma das vagas de titular no CBH-BS, representando as instituições de ensino e participando da tomada de decisões junto ao comitê. “Isso traz envolvimento dos docentes, com apresentação de pesquisas, e dos estudantes. É uma geração de dados acadêmicos com grande grau de relevância à sociedade”, diz Adriana.

Para o engenheiro Antônio Carlos dos Santos Baltazar, problemas de alagamentos e enchentes precisam ser analisados também do ponto de vista social. Ele aponta que outro fator de influência para os alagamentos é a topografia linear, e não ampla, da região, o que dificulta o escoamento da água.

Os projetos de macrodrenagem da Zona Noroeste, em Santos, são um exemplo de alternativa para os problemas enfrentados há anos na Cidade. “A expectativa é que realmente haja drenagem, troca de comportas de dique, construção de galerias e canalização de córregos. Na Zona Noroeste, houve crescimento populacional. Há prédios, comércios, mas as galerias estão ultrapassadas”, afirma Baltazar.

Convivendo com o problema

A estudante Viviane Maria Ribeiro da Silva, de 22 anos, diz que os problemas relacionados com as chuvas são constantes no bairro Santa Maria, onde mora, na Zona Noroeste. Ela conta que, quando chove, sua rotina muda drasticamente. Desde o início do ano, ela sofre perdas materiais por conta das enchentes. Em fevereiro, devido a uma forte tempestade, sua residência e a de sua avó foram invadidas pela água. “Dentro da casa da minha avó, foram 20 centímetros de água, e por pouco não houve uma tragédia. A estante da sala caiu em cima do sofá onde ela estava deitada”.

Viviane diz esperar que o poder público realize mais obras de drenagem das águas pluviais, como a troca das manilhas. “As pessoas que moram na região, mesmo sem poder aquisitivo alto, pagam impostos. Não tem mais desculpas para não investirem”, desabafa.

O instalador técnico Rubens Felipe Costa, de 30 anos, mora há três anos no bairro Princesa, em Praia Grande. Ele relata que, em dias de muita chuva, a água chega a 30 centímetros de altura em sua casa. “Nem precisa ser chuva forte. Se for constante, já alaga tudo”.

Para tentar impedir o alagamento, Costa precisou fazer barreiras em todas as portas. Além disso, subiu o piso do banheiro e do quintal. Ele diz já ter perdido diversos móveis, por causa das enchentes.

Uma solução rápida foi deixar o mobiliário alguns centímetros acima do nível do chão. Rubens Costa ainda tem esperança de que a situação do bairro vai melhorar. “Acho que todo mundo que mora aqui torce para um dia resolver isso”.

**Sob supervisão de Alexandre Lopes.*